

# **Demonstrações financeiras**

## **Pérola Energética S.A.**

31 de dezembro de 2019 e 2018  
com Relatório do Auditor Independente

# **Pérola Energética S.A.**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais .....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Pérola Energética S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Pérola Energética S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pérola Energética S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

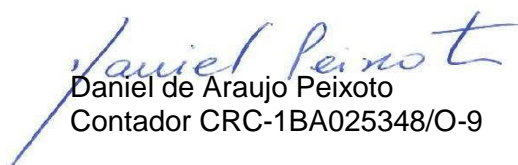
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

  
Daniel de Araujo Peixoto  
Contador CRC-1BA025348/O-9

## Pérola Energética S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>3</b>	<b>12.845</b>	26.666
Contas a receber	<b>4</b>	<b>12.442</b>	9.438
Estoques		<b>1.364</b>	369
Impostos a recuperar		<b>1.376</b>	2.200
Despesas antecipadas		<b>541</b>	148
Outros		<b>1</b>	156
Total do ativo circulante		<b>28.569</b>	38.977
Não circulante			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	<b>5</b>	<b>19.792</b>	9.364
Imobilizado	<b>6</b>	<b>600.061</b>	584.856
Total do ativo não circulante		<b>619.853</b>	594.220
Total do ativo		<b>648.422</b>	633.197

	<b>Notas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	<b>7</b>	<b>59.814</b>	24.321
Empréstimos e financiamentos	<b>8</b>	<b>15.839</b>	14.830
Impostos e contribuições a recolher		<b>1.406</b>	661
Dividendos a pagar	<b>17</b>	<b>510</b>	-
Outras contas a pagar	<b>10</b>	<b>4.688</b>	686
Total do passivo circulante		<b>82.257</b>	40.498
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	<b>8</b>	<b>265.684</b>	269.056
Provisão para contingências	<b>9</b>	<b>9</b>	4
Total do passivo não circulante		<b>265.693</b>	269.060
Patrimônio líquido			
Capital social	<b>11</b>	<b>298.834</b>	331.834
Prejuízos acumulados	<b>11</b>	-	(8.195)
Reservas de lucros	<b>11</b>	<b>1.638</b>	-
Total do patrimônio líquido		<b>300.472</b>	323.639
Total do passivo e do patrimônio líquido		<b>648.422</b>	633.197

## Pérola Energética S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita operacional líquida	<b>12</b>	<b>73.428</b>	26.595
Custo de geração de energia	<b>13</b>	<b>(35.406)</b>	(19.660)
Lucro bruto		<b>38.022</b>	6.935
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	<b>13</b>	<b>(867)</b>	(736)
Outras receitas (despesas) operacionais	<b>14</b>	<b>1.046</b>	(82)
		<b>179</b>	(818)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		<b>38.201</b>	6.117
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	<b>15</b>	<b>1.423</b>	1.666
Despesas financeiras	<b>15</b>	<b>(26.484)</b>	(15.010)
		<b>(25.061)</b>	(13.344)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>13.140</b>	(7.227)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	<b>16</b>	<b>(2.797)</b>	(1.060)
		<b>(2.797)</b>	(1.060)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<b>10.343</b>	(8.287)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Pérola Energética S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.343	(8.287)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>10.343</u>	<u>(8.287)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Pérola Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		345.334	92	-	-	345.426
Redução de capital ocorrida no exercício	11.a	(13.500)	-	-	-	(13.500)
Prejuízo do exercício	11.b	-	-	-	(8.287)	(8.287)
Absorção da reserva pelo prejuízo do exercício		-	(92)	-	92	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		331.834	-	-	(8.195)	323.639
Redução de capital ocorrida no exercício	11.a	<b>(33.000)</b>	-	-	-	<b>(33.000)</b>
Lucro líquido do exercício	11.b	-	-	-	<b>10.343</b>	<b>10.343</b>
Constituição de reserva legal	11.b	-	<b>107</b>	-	<b>(107)</b>	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.c	-	-	-	<b>(510)</b>	<b>(510)</b>
Reserva de dividendos complementares	11.b	-	-	<b>1.531</b>	<b>(1.531)</b>	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>298.834</b>	<b>107</b>	<b>1.531</b>	-	<b>300.472</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Pérola Energética S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		10.343	(8.287)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	6	14.663	17.202
Encargos financeiros, líquidos	8	21.179	11.993
Baixa de ativo imobilizado	6	595	-
Provisão para contingências		5	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		(3.004)	(9.438)
Estoques		(345)	(369)
Impostos a recuperar		824	(503)
Despesas antecipadas		(393)	(148)
Outros		155	(64)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		91	(1.201)
Impostos e contribuições a recolher		745	18
Outras contas a pagar		4.282	222
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>49.140</u>	<u>9.425</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5	(10.428)	(9.364)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	6	(21.266)	(105.695)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(31.694)</u>	<u>(115.059)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Ingresso de empréstimos e financiamentos	8	6.107	138.452
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	8	(13.477)	(3.979)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	8	(18.216)	(6.233)
Redução de capital	11.a	(5.681)	(13.500)
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(31.267)</u>	<u>114.740</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa			
		<u>(13.821)</u>	<u>9.106</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício			
		26.666	17.560
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício			
		12.845	26.666
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa			
		<u>(13.821)</u>	<u>9.106</u>
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		1.507	279
Valores pagos de CS:		893	198
Adição de imobilizado sem efeito caixa:		8.083	4.547
Redução de capital sem efeito caixa:		27.319	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Pérola Energética S.A. (“Pérola” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto social a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, em especial em sociedades que possuam como objeto atividades relacionadas à exploração, produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e de créditos de carbono gerados em razão dessas atividades.

Em 30 de abril de 2010, a Sociedade deliberou sobre o aumento de capital efetuado pela acionista Brookfield Energia Renovável S.A., mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 18 de fevereiro de 2015, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, por meio da qual houve aumento de capital da Sociedade no qual as ações emitidas foram totalmente subscritas pelo Power I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“PIFIP”) e pela Vitória Energética S.A. (“Vitória”) na proporção de 97,22% e 2,78%, respectivamente. Após o referido aumento de capital, houve o grupamento de ações no qual a Brookfield, que era a acionista da Sociedade, renunciou ao recebimento de qualquer nova ação, retirando-se, assim, da Sociedade.

O empreendimento PCH Verde 4A iniciou a operação comercial da unidade geradora UG1 em 07 de fevereiro de 2018, mediante Despacho nº 326 da ANEEL. Por meio do Despacho nº 1372 da ANEEL, o empreendimento PCH Verde 4A obteve a liberação do início da operação comercial da unidade geradora UG2, a partir de 21 de junho de 2018.

Por sua vez, o empreendimento PCH Verde 4 iniciou a operação da unidade geradora UG1 em 18 de janeiro de 2019, por meio do Despacho ANEEL nº 113. A operação comercial da unidade geradora UG2 ocorreu em 23 de fevereiro de 2019, por meio do Despacho ANEEL nº 564.

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
Verde 4A	28,00	194/2005	Água Clara - MS
Verde 4	19,00	193/2005	Água Clara - MS

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Comercializadora de energia (parte relacionada)	01/08/2017	31/12/2019
Distribuidora de energia	01/01/2020	31/12/2049

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

# **Pérola Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **1. Contexto operacional--Continuação**

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 53.688 (R\$ 1.521 em 31 de dezembro de 2018). As ações tomadas pela Sociedade para tornar a margem bruta positiva são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2. Base de elaboração**

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis**

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

#### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

#### b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos restituíveis e valores vinculados.

#### b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

#### i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

##### b) Instrumentos financeiros--Continuação

##### b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

##### ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

##### c) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

##### d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

##### d) Ativo imobilizado--Continuação

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 6.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

##### e) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

##### f) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.



## **Pérola Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade apura imposto de renda e contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável. As entidades Savana e Phoenix apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

j) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

## **Pérola Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

k) Recuperação de ativos

A Sociedade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

n) Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

# Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

### 2.4. Novos pronunciamentos contábeis

O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e não teve efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos impostos sobre a renda, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributáveis envolvem incerteza, que afeta a aplicação do CPC 32 – Imposto de renda. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela Sociedade. Se a Sociedade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Sociedade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizáveis, créditos fiscais não usados, taxa de imposto e assim por diante). A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A Administração da Sociedade entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas informações da Sociedade, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, são considerados pela Administração da Sociedade, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que sim” de sustentação nas esferas judiciais.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários	<b>3.376</b>	5.181
Aplicações financeiras	<b>9.469</b>	21.485
Total	<b>12.845</b>	26.666

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	<b>9.261</b>	5.367
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	<b>208</b>	16.118
			<b>9.469</b>	21.485

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

### 4. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	<b>6.783</b>	4.875
Contas a receber – partes relacionadas	<b>5.659</b>	4.563
	<b>12.442</b>	9.438

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo a vencer	<b>12.442</b>	9.438
Total	<b>12.442</b>	9.438

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo</b>	<b>Remuneração</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Banco Bradesco S.A.	Fundos	CDI	<u>19.792</u>	<u>9.364</u>
			<u>19.792</u>	<u>9.364</u>

A Sociedade possui, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 19.792 (R\$ 9.364 em 31 de dezembro de 2018) depositado em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Imobilizado

	Em serviço					Em curso		Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
<b>31 de dezembro de 2017</b>	-	-	-	-	-	110	484.607	484.717
Adições	-	-	-	-	-	40	105.655	105.695
Adições sem efeito caixa	-	-	-	-	-	-	4.547	4.547
Adições por capitalização de juros	-	-	-	-	-	-	7.099	7.099
Transferências	20.546	108.198	119.771	56.832	36.215	-	(341.562)	-
<b>31 de dezembro de 2018</b>	20.546	108.198	119.771	56.832	36.215	150	260.346	602.058
Adições	-	-	-	-	-	449	20.817	21.266
Adições sem efeito caixa	-	-	-	-	-	-	8.083	8.083
Adições por capitalização de juros	-	-	-	-	-	-	1.764	1.764
Baixas	-	(59)	-	-	-	-	(542)	(601)
Transferências para almoxarifado	-	-	-	-	-	(650)	-	(650)
Transferências	17.597	109.239	98.014	64.562	-	650	(290.062)	-
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>38.143</b>	<b>217.378</b>	<b>217.785</b>	<b>121.394</b>	<b>36.215</b>	<b>599</b>	<b>406</b>	<b>631.920</b>
<b>31 de dezembro de 2017</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições de depreciação	(1.087)	(4.885)	(6.333)	(2.982)	(1.915)	-	-	(17.202)
<b>31 de dezembro de 2018</b>	(1.087)	(4.885)	(6.333)	(2.982)	(1.915)	-	-	(17.202)
Adições de depreciação	(742)	(6.219)	(4.121)	(2.636)	(945)	-	-	(14.663)
Baixas de depreciação	-	6	-	-	-	-	-	6
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>(1.829)</b>	<b>(11.098)</b>	<b>(10.454)</b>	<b>(5.618)</b>	<b>(2.860)</b>	-	-	<b>(31.859)</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>	19.459	103.313	113.438	53.850	34.300	150	260.346	584.856
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>36.314</b>	<b>206.280</b>	<b>207.331</b>	<b>115.776</b>	<b>33.355</b>	<b>599</b>	<b>406</b>	<b>600.061</b>

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Imobilizado--Continuação

#### a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimentos que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos das empresas Savana e Phoenix.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A mudança na renovação do prazo da outorga das controladas foram realizadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e ocasionaram em uma diminuição da depreciação de R\$ 8.429 nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Para o cálculo da depreciação, é considerada a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Máquinas e equipamentos	<b>10 a 40 anos</b>
Reservatórios, barragens e adutoras	<b>30 a 50 anos</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	<b>25 a 50 anos</b>
Transmissão e distribuição	<b>20 a 40 anos</b>

#### b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que em 31 de dezembro de 2019 seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Contas a pagar

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Fornecedores	<b>31.417</b>	23.334
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	<b>17</b>	171
Contas a pagar – partes relacionadas	<b>28.376</b>	41
Seguros	<b>4</b>	775
Total	<b>59.814</b>	24.321

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).



## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2019		2018	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES (Phoenix)	TJLP (*) + 2,12% a.a.	8.896	147.369	8.887	155.318
BNDES (Savana)	TJLP (*) + 2,15% a.a.	7.228	121.326	6.134	117.123
		<b>16.124</b>	<b>268.695</b>	15.021	272.441
Despesa de contratação (**)		<b>(285)</b>	<b>(3.011)</b>	(191)	(3.385)
Total		<b>15.839</b>	<b>265.684</b>	14.830	269.056

(\*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(\*\*) Refere-se a gastos com IOF – Imposto sobre Operações Financeiras e comissões em favor do BNDES necessários para liberação do financiamento.

A movimentação dos empréstimos, nos respectivos exercícios, é como segue:

	2019	2018
Saldo inicial	283.886	137.018
Captação	6.107	138.452
Juros provisionados	14.344	5.562
Juros incorporados ao principal	6.835	6.431
Juros capitalizados (***)	1.764	7.099
Amortização – principal	(13.477)	(3.979)
Pagamento – juros	(18.216)	(6.233)
	<b>281.243</b>	284.350
Despesa de contratação (**)	280	(464)
Saldo final	<b>281.523</b>	283.886

(\*\*\*) Saldo referente à parcela dos juros capitalizados para a empresa Savana em 2019 e para a Phoenix e Savana em 2018.

Em outubro de 2019, tivemos uma nova liberação do contrato de financiamento firmado junto ao BNDES para a empresa Savana, no montante de R\$ 6.107, mediante apresentação das despesas incorridas relacionadas ao objeto deste financiamento.

Com a entrada em operação da usina Verde 4 (Savana), em fevereiro de 2019, a Sociedade não possui mais ativo qualificável à capitalização de juros do financiamento com o BNDES, conforme permitido pelo CPC 20.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor, composto de principal e juros, é amortizado mensalmente, tendo os contratos, como vencimento final, as datas abaixo:

Devedor	Credor	Vencimento
Phoenix Geração de Energia S.A.	BNDES	15 de junho de 2038
Savana Geração de Energia S.A.	BNDES	15 de setembro de 2038

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2019, têm os seguintes vencimentos:

Ano	<u>Valor</u>
2021	15.257
2022	15.257
2023	15.257
2024	15.257
Após 2024	204.656
Total	<u>265.684</u>

### 9. Provisão para contingências

No curso normal dos negócios, a Sociedade está envolvida em causas judiciais e discussões potenciais relevantes, as quais foram ou podem vir a ser levantadas pelas autoridades competentes, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível.

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para a Sociedade, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constituiu provisão.

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela Sociedade:

	<u>Cíveis</u>
<b>31 de dezembro de 2017</b>	4
Adição	-
<b>31 de dezembro de 2018</b>	4
Atualização	5
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<u>9</u>

#### Principais processos em andamento com probabilidade de perda provável

Em 31 de dezembro de 2019, existe contingência classificada pela Sociedade como provável, no montante de R\$ 9 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2018), referente a duas ações de desapropriação de imóvel rural e instituições de servidões administrativas.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Provisão para contingências--Continuação

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Riscos tributários	-	158
Total	<u>-</u>	<u>158</u>

#### Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possuía três ações tributárias, classificadas como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 158.

### 10. Outras contas a pagar

A composição do outras contas a pagar é:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões MRE/CCEE (*)	<u>4.688</u>	686
Total	<u>4.688</u>	<u>686</u>

(\*) Em 2018, o saldo se refere ao diferencial a pagar devido aos impactos da liminar do GSF e GFIS, e em 2019, se refere apenas aos impactos da liminar do GSF.

A Sociedade está contratada no ambiente de contratação livre (“ACL”), e não considerou vantajosa a metodologia proposta pelo Governo acerca da repactuação do risco hidrológico. Consequentemente, a liminar sobre o tema permanece vigente enquanto a decisão final do mérito não é proferida. Adicionalmente, a Sociedade mantém as discussões com o Governo sobre novas medidas para a repactuação do risco hidrológico.

Em 2015, devido ao período de escassez de chuvas, a CCEE diminuiu a garantia física das empresas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) que estão no mercado livre de energia, incluindo a Sociedade. Posteriormente, em conjunto com os demais membros da ABRAGEL (Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica), a Sociedade entrou com uma liminar contra a CCEE para garantir a manutenção de sua garantia física (GFIS). Com isso, a Sociedade efetuou o provisionamento desta em disputa.

Em 28 de junho de 2019, a referida Liminar obteve julgamento favorável em primeira instância. Por esse motivo, nossos assessores jurídicos alteraram a probabilidade de perda para remota, e em setembro de 2019, a Sociedade junto aos seus advogados, com base em um parecer jurídico, avaliou, a partir das informações disponíveis no momento, que essa disputa possui chance de perda remota, não necessitando mais de provisionamento no balanço.

O efeito da reversão de provisão da Liminar do GFIS, referente à Portaria MME 463/2009 e sua atualização monetária, perfaz R\$ 65.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 298.834 (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 331.834), dividido em 106.328.806 (cento e seis milhões, trezentas e vinte e oito mil, oitocentas e seis) ações ordinárias, com direito a voto, todas sob a forma nominativa, sem valor nominal.

Em 21 de novembro de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária retificaram o montante do capital social reduzido na Assembleia Geral Extraordinária de 22 de outubro de 2019, que, por equívoco, constou o valor de R\$ 4.000, quando, na realidade, o valor a reduzir deveria ser R\$ 20.000.

Em 22 de outubro de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade, no montante de R\$ 4.000 sem o cancelamento de ações.

Em 18 de junho de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade, no montante de R\$ 12.000 sem o cancelamento de ações.

Em 18 de abril de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade, no montante de R\$ 1.000 sem o cancelamento de ações.

Em 10 de outubro de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade, no montante de R\$ 5.500 sem o cancelamento de ações.

Em 27 de abril de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária retificaram o montante do capital social reduzido na AGE de 06 de fevereiro de 2018 que, por equívoco constou o valor de R\$ 36.000 quando, na realidade o valor a reduzir deveria ser R\$ 8.000.

Em 06 de fevereiro de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade no montante de R\$ 36.000 sem o cancelamento de ações.

#### b) Reservas de lucros

##### b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

## **Pérola Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **11. Patrimônio Líquido--Continuação**

#### b) Reservas de lucros--Continuação

##### b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

#### c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	<b>65.284</b>	22.007
Resultado com MRE e CCEE (*)	<b>11.001</b>	5.530
	<b>76.285</b>	27.537
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	<b>(10)</b>	-
PIS	<b>(507)</b>	(168)
COFINS	<b>(2.340)</b>	(774)
Receita operacional líquida	<b>73.428</b>	26.595

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	<b>10.472</b>	-
<i>Royalties</i> ANEEL	<b>1.907</b>	1.149
Pesquisa e desenvolvimento	-	5
	<u><b>12.379</b></u>	<u>1.154</u>
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	<b>19</b>	26
Serviços de terceiros	<b>1.946</b>	502
Seguros	<b>486</b>	269
Depreciação	<b>14.663</b>	17.202
Manutenção	<b>189</b>	64
MRE/CCEE (*)	<b>5.268</b>	271
Promoção e publicidade	<b>81</b>	37
Outros	<b>375</b>	135
	<u><b>23.027</b></u>	<u>18.506</u>
Total do custo de geração de energia	<u><b>35.406</b></u>	<u>19.660</u>
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	<b>155</b>	60
Serviços de terceiros	<b>160</b>	166
Serviços de administração – partes relacionadas	<b>498</b>	469
Promoção e publicidade	<b>54</b>	41
Total das despesas gerais e administrativas	<u><b>867</b></u>	<u>736</u>
Total de custos e despesas gerais e administrativas	<u><b>36.273</b></u>	<u>20.396</u>

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Outras receitas (despesas) operacionais

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita por indenização	-	7
Ganho com seguros na alienação de imobilizado	<b>1.171</b>	-
Multas e juros sobre tributos	<b>(9)</b>	(39)
Perda na venda de ativos	<b>(54)</b>	-
Outros	<b>(62)</b>	(50)
Total	<b>1.046</b>	(82)

### 15. Resultado financeiro

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	<b>1.422</b>	1.665
Variação monetária e cambiais, líquidas	<b>1</b>	1
Total	<b>1.423</b>	1.666
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	<b>21.179</b>	11.993
Despesas com letras de crédito	<b>4.065</b>	2.478
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	21
Multas e encargos sobre empréstimos	<b>592</b>	177
Imposto sobre operações financeiras	<b>406</b>	341
Despesas com juros e descontos concedidos	<b>242</b>	-
Total	<b>26.484</b>	15.010



## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Corrente		
Imposto de renda	1.832	697
Contribuição social	965	363
Total com despesas de impostos	<u>2.797</u>	<u>1.060</u>

Em 2019, as entidades Savana e Phoenix, calcularam o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Imposto de renda e contribuição social	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	76.285	76.285	27.537	27.537
ICMS	(10)	(10)	-	-
Outros – Baixa liminar GFIS	(65)	(65)	-	-
	<u>76.210</u>	<u>76.210</u>	<u>27.537</u>	<u>27.537</u>
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	6.097	9.145	2.203	3.304
Receitas financeiras	1.142	1.142	949	949
Outras receitas	2	2	38	38
Base de cálculo total	7.241	10.289	3.190	4.291
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	<u>1.762</u>	<u>926</u>	<u>750</u>	<u>386</u>
Outros	36	19	(79)	(39)
<b>Total</b>	<u>1.798</u>	<u>945</u>	<u>671</u>	<u>347</u>

(\*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática de lucro real. A reconciliação do imposto, calculado com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, está demonstrada a seguir:

Imposto de renda e contribuição social	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base de cálculo	10.398	10.398	(8.244)	(8.244)
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	1.560	936	(1.237)	(742)
Diferenças permanentes	(1.526)	(916)	1.263	758
<b>Total</b>	<u>34</u>	<u>20</u>	<u>26</u>	<u>16</u>

(\*) Lucro tributável apurado pelo regime de lucro real é inferior a R\$ 240, alíquota básica de IRPJ de 15% e de CSLL 9%.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ativo</b>			
Contas a receber			
Tangará Energia S.A.	(a)	5.659	4.563
		<u>5.659</u>	<u>4.563</u>
<b>Passivo</b>			
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	18	41
Power I FIP Multiestratégia	(b)	27.319	-
Tangará Energia S.A.	(b)	258	-
Vitória Energética S.A.	(b)	781	-
		<u>28.376</u>	<u>41</u>
Dividendos a pagar			
Power I FIP Multiestratégia	(c)	496	-
Vitória Energética S.A.	(c)	14	-
		<u>510</u>	<u>-</u>
<b>Resultado</b>			
Venda de energia			
Tangará Energia S.A.	(d)	65.284	22.007
		<u>65.284</u>	<u>22.007</u>
Compras de energia			
Tangará Energia S.A.	(e)	10.472	-
		<u>10.472</u>	<u>-</u>
Serviços de ADM - Despesa			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(f)	498	469
		<u>498</u>	<u>469</u>
Despesas financeiras			
Itiquira Energética S.A.	(g)	-	190
		<u>-</u>	<u>190</u>

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros. Consta, ainda, saldo a pagar com a controladora Power I FIP Multiestratégia, referente à redução de capital ocorrida em 2019;
- (c) Referem-se aos dividendos a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (d) Venda de energia elétrica para outra empresa do grupo;
- (e) Compra de energia elétrica de outra empresa do grupo;
- (f) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (g) Despesas financeiras resultantes do mútuo entre a Sociedade e outra empresa do grupo.

## **Pérola Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **18. Seguros**

A Phoenix Geração de Energia S.A. tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 247.659 (R\$ 349.235 em 31 de dezembro de 2018) para os bens vinculados à autorização.

Em 31 de dezembro de 2019, a Savana Geração de Energia S.A. possui cobertura segurada no montante de R\$ 195.493 (R\$ 149.224 em 31 de dezembro de 2018, a usina estava em construção).

A apólice de seguro mantida pela Phoenix Geração de Energia S.A. e pela Savana Geração de Energia S.A. têm como proponente principal a São João Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2018).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da companhia. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.845	12.845	-	26.666	26.666
Contas a receber	12.442	-	12.442	9.438	-	9.438
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	19.792	19.792	-	9.364	9.364
	12.442	32.637	45.079	9.438	36.030	45.468

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Custo amortizado</b>
Contas a pagar	<b>59.814</b>	24.321
Dividendos a pagar	<b>510</b>	-
Empréstimos e financiamentos	<b>281.523</b>	283.886
	<b>341.847</b>	308.207

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificadas como mantidas até o vencimento, e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - *partes relacionadas*

São classificadas como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento desses instrumentos.

- Empréstimos - *instituições financeiras*

São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizadas pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>12.845</b>	26.666
Depósitos restituíveis e valores vinculados	<b>19.792</b>	9.364

- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

#### d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

##### ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

##### iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

##### iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.



## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

##### vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

## Pérola Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### vii) *Risco de não renovação da autorização*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

#### e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

### 20. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 09 de abril de 2020.